

## **EXPROPRIAÇÃO - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (S. JULIÃO)**

### **RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR**

#### **A. Causa de utilidade pública a prosseguir pela expropriação**

O cemitério de Passos (S. Julião), em Braga, atualmente não detém capacidade para proceder a inumações, devido a ausência de espaço para o efeito, motivo pelo qual se torna imperiosa e urgente a sua ampliação. A incapacidade de proceder a novas inumações implica lacunas graves na prestação de um serviço público básico, afetando o respeito devido aos cidadãos falecidos e aos seus familiares, o que reforça a urgência da requerida intervenção.

#### **B. Fundamentação da atribuição do carácter de urgência à expropriação**

O cemitério de Passos S. Julião encontra-se praticamente esgotado em termos de capacidade de sepultamento, o que compromete a resposta adequada às necessidades da população.

A dignidade da pessoa humana, tanto em vida como após a morte, é um direito fundamental, legalmente constituído; neste momento, infelizmente, essa dignidade já não pode ser plenamente garantida na União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), uma vez que o cemitério de Passos (S. Julião) se encontra praticamente lotado. Trata-se de uma freguesia de carácter marcadamente rural, com uma população maioritariamente envelhecida, confrontada com um problema grave e imediato: a inexistência de espaço físico para sepultar os seus falecidos num local digno e próximo das respetivas famílias. Por este motivo, a ampliação do cemitério assume carácter de absoluta urgência, sendo imprescindível aumentar, com a máxima brevidade, a capacidade de sepultamento ao serviço da população. Contudo, tal ampliação apenas será possível mediante a afetação ao fim pretendido, do terreno em causa. A urgência da expropriação justifica-se, assim, pela necessidade imperiosa de dotar a freguesia dos meios adequados para garantir o cumprimento de um dever essencial de respeito pela dignidade humana.

#### **C. Identificação das parcelas a expropriar, seus proprietários e demais interessados**

Para a ampliação do cemitério, torna-se necessário adquirir uma parcela de terreno, com área de 1411,06 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio situado no Lugar da Quintã, inscrito na matriz rústica da freguesia de União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião) sob o artigo 368, descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º 39145, que confronta com Domingos Silva Ferreira, estrada e outros a Norte, com caminho a Sul e Nascente e com Torcato Peixoto Pereira Machado e outro a Poente;

A parcela pertencia a Avelino Rodrigues, falecido em 10 de maio de 2019 e sua mulher, Gracinda Novais da Silva, falecida em 11 de outubro de 2014.

Assim, atualmente, a propriedade da parcela, pertence à Herança aberta por óbito de Avelino Rodrigues e mulher Gracinda Novais da Silva, titular do NIF 746 179 677, composta pelos seguintes herdeiros:

- **Maria Albertina Novais da Silva Rodrigues Figueiredo** (*Filha*), cabeça de casal, natural de Passos (S. Julião) [REDACTED]  
[REDACTED], casada no regime de comunhão de adquiridos com **Paulo Jorge Nogueira Figueiredo** [REDACTED]  
[REDACTED]
- **Manuel Novais Silva Rodrigues** (*Filho*), natural de Passos (S. Julião) [REDACTED]  
[REDACTED], casado no regime de comunhão de adquiridos com **Glória Pereira Gomes Vilaça**,  
[REDACTED]
  - **Alcídia Maria da Cruz Arantes Lopes**, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de **José Novais da Silva Rodrigues** (*Filho*), falecido [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED];  
    ■ **Andreia Lopes Rodrigues** (*Neta*), na qualidade de filha José Novais da Silva Rodrigues  
    [REDACTED] Alcídia Maria Cruz Arantes Lopes), [REDACTED]  
    [REDACTED]  
    [REDACTED]  
    ■ **Avelino Lopes Rodrigues** (*Neto*), na qualidade de filho de José Novais da Silva  
    Rodrigues [REDACTED] e de Alcídia Maria Cruz Arantes Lopes),  
    [REDACTED]  
    [REDACTED]  
    ■ **Gabriel Lopes Rodrigues** (*Neto*), na qualidade de filho de José Novais da Silva  
    Rodrigues ([REDACTED] e de Alcídia Maria Cruz Arantes Lopes),  
    [REDACTED]  
    [REDACTED], sendo legal representante, a sua mãe  
    Alcídia Maria Cruz Arantes Lopes (melhor identificada supra);

- **António Novais da Silva Rodrigues** (*Filho*), natural de Passos (S. Julião), [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED] casado no regime de comunhão geral de bens com **Maria Helena da Silva Carvalho Rodrigues**, [REDACTED]  
[REDACTED]
- **David Novais da Silva Rodrigues** (*Filho*), natural de Passos (S. Julião), [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED] casado no regime de comunhão de adquiridos com **Angelina Ferreira Martins**, [REDACTED]
- **Alfredo Novais da Silva Rodrigues** (*Filho*), natural de Passos (S. Julião), [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED] casado no regime de comunhão de adquiridos com **Eugénia Maria Rodrigues Costa** [REDACTED]
- **Maria Lucinda Novais da Silva Rodrigues** (*Filha*), natural de Passos (S. Julião), [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED] casada no regime de comunhão de adquiridos com **Artur Jorge Areal Pinto**, [REDACTED]  
[REDACTED] **Marta Albertina Rodrigues Novais** (*Neta*), na qualidade de herdeira de Margarida Novais da Silva Rodrigues (*Filha pré-falecida em relação aos pais*), natural de Passos (S. Julião), [REDACTED]  
[REDACTED]
- **David Rodrigues Novais** (*Neto*), na qualidade de herdeiro de Margarida Novais da Silva Rodrigues (*Filha pré-falecida em relação aos pais*), natural de Passos (S. Julião) [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]
- **Emanuel Rodrigues Novais**, (*Neto*), na qualidade de herdeiro de Margarida Novais da Silva Rodrigues (*Filha pré-falecida em relação aos pais*), natural de Passos (S. Julião) [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]

Relativamente ao Herdeiro

- **Mário Lucas Novais da Silva Rodrigues** (*Filho*), o mesmo faleceu em 10 de junho de 2023, no estado de solteiro, e sucederam-lhe os já identificados irmãos e sobrinhos:

- Maria Albertina Novais da Silva Rodrigues Figueiredo, sua irmã;
- Manuel Novais da Silva Rodrigues, seu irmão;
- António Novais da Silva Rodrigues, seu irmão;
- David Novais da Silva Rodrigues, seu irmão;
- Alfredo Novais da Silva Rodrigues, seu irmão;
- Maria Lucinda Novais da Silva Rodrigues, sua irmã;
- Maria Albertina Novais Silva Rodrigues Figueiredo, sua irmã;
- Marta Albertina Rodrigues Novais, sua sobrinha;
- David Rodrigues Novais, seu sobrinho;
- Emanuel Rodrigues Novais, seu sobrinho;
- Andreia Lopes Rodrigues, sua sobrinha;
- Avelino Lopes Rodrigues, seu sobrinho e
- Gabriel Lopes Rodrigues seu sobrinho

Todos acima melhor identificados.

**D. Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização**

De acordo com o PDM atual, a parcela insere-se em espaço classificado como espaço de Uso Especial UI1 – Equipamentos, de acordo com o extrato da planta de condicionantes – Condicionantes Gerais, bem como extrato da planta de ordenamento- classificação e qualificação do solo.

Tal classificação como espaço de Uso Especial UI1 – Equipamentos é também considerada na memória descritiva e no relatório de avaliação subscrito por perito oficial.

**E. Previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação**

O Município de Braga, contratou um perito da lista oficial, para nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações para proceder à avaliação do terreno, tendo avaliado o terreno em 16.970,65€, encontrando-se a despesa respetiva com o necessário e devido cabimento orçamental, conforme documento que se anexa.

**F. Norma habilitante**

De acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alíneas a), m) e n), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município tem atribuições nos domínios dos equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, sendo que, nos termos

previstos no artigo 33.º, n.º 1, alínea vv), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;

Em conformidade com o disposto na alínea ee), n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.

O artigo 14.º, n.º 1, da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, que procedeu à aprovação do Código das Expropriações, na sua versão atualizada, prescreve que: *“Salvo nos casos previstos no número seguinte, é da competência do ministro a cujo departamento compete a apreciação final do processo: a) A declaração de utilidade pública da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes”.*

FACE AO EXPOSTO, PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

- 1. EMITIR PARECER FAVORÁVEL E APROVAR A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (S. JULIÃO)**, tudo com base nos documentos e pareceres técnicos que acompanham a presente proposta;
- 2. REQUERER À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS**, nos termos da alínea vv), do n.º 1, do artigo 33.º do anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do Código das Expropriações:

**2.1 A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, COM CARÁTER DE URGÊNCIA**, pelos motivos acima explanados, de uma parcela de terreno, com área de 1411,06 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio situado no Lugar da Quintã, inscrito na matriz rústica da freguesia de União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião) sob o artigo 368, descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º 39145, que confronta com Domingos Silva Ferreira, estrada e outros a Norte, com caminho a Sul e Nascente e com Torcato Peixoto Pereira Machado e outro a Poente, pertencente a Herança aberta por óbito de Avelino Rodrigues e mulher, casados que foram no regime da comunhão geral de bens, titular do NIF 746 179 677, representada pelos herdeiros acima devidamente identificados, para que seja tomada de imediato a posse administrativa do imóvel a expropriar, por forma a permitir a execução da correspondente empreitada, apenas possível se o Município se apropriar do solo necessário para o efeito.

*SEM PRESCINDIR,*

Caso não venha a ser de atribuído o caráter de urgência à presente expropriação,

**2.2 SOLICITAR À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, AUTORIZAÇÃO PARA TOMAR IMEDIATAMENTE POSSE ADMINISTRATIVA DA PARCELA EM CAUSA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES**, permitindo a execução imediata do projeto de ampliação do cemitério de Passos (S. Julião), considerando que a obra deverá ser iniciada o mais rápido possível, atentos os já mencionados motivos.

**3. APROVAR O VALOR DE 16.970,65€** (dezasseis mil novecentos e setenta euros e sessenta e cinco cêntimos) **RELATIVO AOS ENCARGOS A SUPORTAR COM A EXPROPRIAÇÃO**, em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, em anexo.

**Documentos Anexos:**

1. Certidão da Conservatório de Registo Predial;
2. Caderneta predial Rústica;
3. Cópia da Certidão de Habilitação de herdeiros por falecimento de Avelino Rodrigues;
4. Cópia da certidão de Habilitação de herdeiros por falecimento de José Novais da Silva Rodrigues;
5. Cópia do Assento de óbito de Mário Lucas Novais da Silva Rodrigues;
6. Informação técnica prestada pelo Chefe da Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias – Fundamentação da urgência da expropriação da parcela de terreno;
7. Relatório de Avaliação do Perito Oficial;
8. Informação técnica prestada pelo Chefe da Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias propondo a aprovação do projeto;
9. Memoria descritiva e justificativa;
10. Planta cadastral;
11. Planta de localização;
12. Planta de ordenamento;
13. Planta de condicionantes;
14. Parecer da Direção Geral de Saúde.
15. Auto de vistoria realizada pela CCDRN em 11 de abril de 2025
16. Ficha do Cabimento

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/23570</b>	<b>30503/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DJ - DAAJ - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

#### CONSIDERANDO:

- Que, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Braga, realizada no dia 24 de julho de 2023, foi deliberado por unanimidade Requerer a Declaração de Utilidade Pública da Expropriação de uma parcela de terreno situada na União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), concelho de Braga, destinada à ampliação do cemitério de Passos (S. Julião);
- Que a referida parcela é propriedade da herança indivisa aberta por óbito de Avelino Rodrigues e mulher, casados no regime da comunhão geral de bens, titular do NIF 746 179 677, representada pelos respetivos herdeiros legais;
- Que, na sequência do conhecimento do falecimento de um dos herdeiros, Mário Lucas Novais Silva Rodrigues, foi deliberada a retificação da anterior resolução, em reunião do Executivo Municipal, realizada em 5 de fevereiro de 2024;
- Que, a 12 de dezembro de 2024, o processo de expropriação foi remetido à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), para os efeitos previstos nos artigos 13.º e 15.º do Código das Expropriações;
- Que, por ofício datado de 7 de fevereiro de 2025, a DGAL solicitou a retificação da resolução anteriormente aprovada pelo Executivo Municipal, nomeadamente no que concerne à identificação dos interessados e respetivas notificações, bem como identificação da classificação do espaço da parcela;



6. Que, face à comunicação da DGAL e nos termos legais, importa proceder à retificação formal da deliberação, de modo a garantir a conformidade procedimental e jurídica da proposta de expropriação com vista à obtenção da respetiva declaração de utilidade pública.

PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE, :

1. **EMITIR PARECER FAVORÁVEL E APROVAR A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (S. JULIÃO)**, com base nos documentos e pareceres técnicos que acompanham a presente proposta;

2. **REQUERER À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS**, nos termos da alínea vv), do n.º 1, do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do Código das Expropriações:

**2.1) A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, COM CARÁTER DE URGÊNCIA**, pelos motivos acima explanados, de uma parcela de terreno, com área de 1411,06 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio situado no Lugar da Quintã, inscrito na matriz rústica da freguesia de União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião) sob o artigo 368, descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º 39145, que confronta com Domingos Silva Ferreira, estrada e outros a Norte, com caminho a Sul e Nascente e com Torcato Peixoto Pereira Machado e outro a Poente, pertencente a Herança aberta por óbito de Avelino Rodrigues e mulher, casados que foram no regime da comunhão geral de bens, titular do NIF 746 179 677, representada pelos herdeiros devidamente identificados nos documentos anexos à proposta, para que seja tomada de imediato a posse administrativa do imóvel a expropriar, por forma a permitir a execução da correspondente empreitada, apenas possível se o Município se apropriar do solo necessário para o efeito. OU

Caso não venha a ser de atribuído o caráter de urgência à presente expropriação,

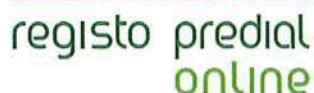
**2.2) SOLICITAR À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, AUTORIZAÇÃO PARA TOMAR IMEDIATAMENTE POSSE ADMINISTRATIVA DA PARCELA EM CAUSA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES**, permitindo a execução imediata do projeto de ampliação do cemitério de Passos (S. Julião), considerando que a obra deverá ser iniciada o mais rápido possível, atentos os já mencionados motivos.

3. **APROVAR O VALOR DE 16.970,65€** (dezasseis mil novecentos e setenta euros e sessenta e cinco cêntimos) **RELATIVO AOS ENCARGOS A SUPORTAR COM A EXPROPRIAÇÃO**, em conformidade com o Relatório de Avaliação do perito avaliador, em anexo.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**







doc n.º 1

## Certidão Permanente

Código de acesso: PP-3174-65309-030343-000343

### DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 39145, Livro N.º: 109

### DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

MISTO

SITUADO EM: Lugar da Quintã

ÁREA TOTAL: 51630 M2

ÁREA COBERTA: 610 M2

ÁREA DESCOBERTA: 51020 M2

MATRIZ n.º: 245 NATUREZA: Urbana

MATRIZ n.º: 201 NATUREZA: Rústica

### COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Casa sobradada - área coberta-430 m2; coberto-180 m2; eira-120 m2 e terreno de cultura e mato-50.900 m2. NORTE - Domingos Silva Ferreira, estrada e outros; SUL e NASCENTE - caminho; POENTE - Torcato Peixoto Pereira Machado e outro.  
Desanexado do n.º32.656 fls.124 do livro B-91.

DESANEXADO o n.º539/20100527.

O(A) Conservador(a)  
Carlos Manuel Correia Vilar

### INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 5 de 1959/10/21 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

\*\* AVELINO RODRIGUES

Casado(a)

Morada: Lugar de Quintã, Passos (São Julião)

Localidade: Braga

\*\* JOÃO MARTINS FERREIRA E MULHER

Casado/a com MARIA DE FARIA PEREIRA

Morada: Lugar da Venda, Sequeira

Localidade: Braga



INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Extracto da inscrição nº34.529 fls.53 do livro G-42.

O(A) Conservador(a)  
Carlos Manuel Correia Vilar

-----  
2ª Conservatória do Registo Predial de Braga.

OFICIOSO

AVERB. - OF. de 2010/02/01 12:09:07 UTC - Rectificação

Registado no Sistema em: 2010/02/01 12:09:07 UTC

DA APRESENT. 5 de 1959/10/21 - Aquisição

SUJEITO(S) ATIVO(S):

\*\* AVELINO RODRIGUES

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

\*\* JOÃO MARTINS FERREIRA

\*\* MARIA DE FARIA PEREIRA

O(A) Conservador(a)  
Carlos Manuel Correia Vilar

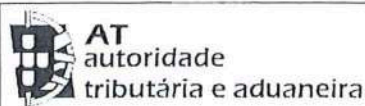
-----  
REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

-----  
Certidão permanente disponibilizada em 09-05-2025 e válida até 09-11-2025



doe n:2



## CADERNETA PREDIAL RÚSTICA

Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS: 3425 - BRAGA-2.

### IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 03 - BRAGA CONCELHO: 03 - BRAGA FREGUESIA: 66 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS (SÃO JULIÃO)

SECÇÃO: ARTIGO MATRICIAL Nº: 368 ARV:

NIP:

### TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

Freguesia: 030343 Tipo: R Secção: Artigo: 201 Arv/Col:

### NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

Quintã

### CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO

Norte: Domingos Silva Ferreira, outro e Estrada Sul: Caminho

Nascente: Caminho Poente: Torcato Peixoto Pereira Machado e outro

### ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 1985 Valor Patrimonial Inicial: €495,81

Valor Patrimonial Actual: €535,47 Determinado no ano: 1989

Área Total (ha): 5,090000

Descrição: Cultura, ramadas, videiras de enforcado, castanheiros, nogueiras, fruteiras, oliveiras, eucaliptal e mato

### TITULARES

Identificação fiscal: 746179677 Nome: AVELINO RODRIGUES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE Morada: CC DO SOUTO Nº 13 - 1º - DTº, PASSOS (SÃO JULIÃO), 4705-807 PASSOS (SÃO JULIÃO)

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: IMPOSTO DE SELO Entidade: MODELO 1 DO ISTG Nº 2303555

Emitido via Internet em 2025-03-10

O Chefe de Finanças

(Assinado eletronicamente)

### ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

NIF EMISSOR: 506901173

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

YGGWINFYIPUH



Para validar este comprovativo acesse ao site em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt), opção Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

Código Validação: EHYDFGHCJAF2YSG53AJDLK99C  
Verificação: <https://braga.balcasaletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 11 / 54





Data: 11/07/2025

Utilizador: Francisco José Carvalho Marques



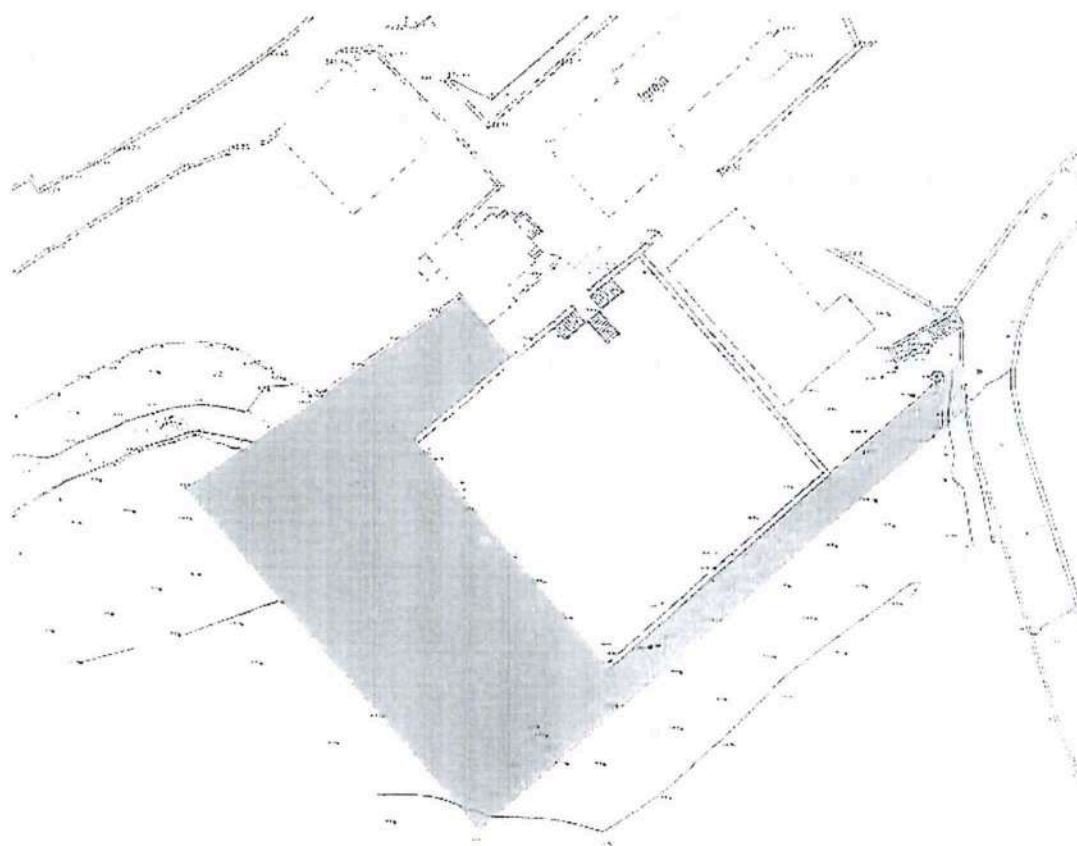




**Processo :** Avaliação de um terreno sito em Rua do Passal, União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), Artigo Misto com área total de 51.630 m<sup>2</sup>.

**ENTIDADE EXPROPRIANTE:** Município de Braga

**EXPROPRIADO:** HERDEIROS DE AVELINO RODRIGUES



**Cliente:** CMB – Câmara Municipal de Braga  
**Tipo de Imóvel:** Parcela de terreno com 1.411,60 m<sup>2</sup>  
**Localização:** Rua do Passal, União de Freguesias de Cabeiros e Passos (S. Julião)  
**Processo:** Ampliação do Cemitério de Passos (S. Julião).  
**Data:** Junho de 2023

**Ver o Verso Lda**  
Rua Barão de Sabrosa, 334 3<sup>a</sup> esq 1900-095 LISBOA  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com) 93 222 50 90



## VER O VERSO



1. Resumo do Relatório de Avaliação Imobiliária	3
2. Objecto de Avaliação – Identificação	4
3. Identificação dos Imóveis	4
4. Conforme Elementos de Registo e Cadastrais	4
5. Características	5
5.1. Dos Imóveis	5
6. Estimativa da Justa Indemnização	6
6.1. Critério de avaliação - terreno	6
7. Avaliação da Parcela	8
7.1. Estimativa da Justa Indemnização da Parcela	12
7.2. Conclusão Justa Indemnização da Parcela	12
8. Declaração do Perito Avaliador	13
9. Plantas e Fotos	14

Ver o Verso Lda

Rua Barão de Sabrosa, 334 3<sup>ª</sup> esq 1900-095 LISBOA  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com) 93 222 50 90





VER O VERSO



## 1. Resumo do Relatório de Avaliação Imobiliária

**AVALIADOR:** VER-O-VERSO  
Rua Andrade Corvo, 50 6ª Esqª  
1050-009 LISBOA  
Tlf: +351 93 222 50 90  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com)

**IMÓVEL:** 1 Parcela de terreno com 1 411,06 m<sup>2</sup> destinada à execução da Ampliação do Cemitério de Passos (S. Julião), União de Freguesias de Cabeiros e Passos (S. Julião).

**CLIENTE:** CMB – Câmara Municipal de Braga

**ÂMBITO:** A presente avaliação, seu relatório e demais peças escritas e desenhadas que a compõem, apenas podem ser utilizadas pelo seu destinatário e com o fim sobre o qual está baseada a sua elaboração. Não serão aceites quaisquer responsabilidades, quando fora do seu objectivo, todo ou parte deste relatório, for utilizado por terceiros.

Data da presente avaliação: 05 de Junho de 2023.

Data da última avaliação: não consta

Valor Global da Justa Indemnização: 16 970,65 €

(registo na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, 17/2023/0120)  
(Perito da Lista Permanente do Tribunal da Relação de Lisboa)

**Ver o Verso Lda**  
Rua Barão de Sabrosa, 334 3ª esq 1900-095 LISBOA  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com) 93 222 50 90

3





VER O VERSO



## 2. Objecto de Avaliação – Identificação

Pretende-se com a presente avaliação determinar o valor da Justa Indemnização de 1 Parcela de terreno com 1 411,06 m<sup>2</sup> destinada à execução da Ampliação do Cemitério de Passos (S. Julião), União de Freguesias de Cabeiros e Passos (S. Julião) sendo o valor de aquisição de 12,03 euros/m<sup>2</sup>, conforme consta do parágrafo 1.1.

A declaração de utilidade pública (DUP) ainda não foi emitida.

## 3. Identificação dos Imóveis

A parcela a expropriar situa-se nas traseiras do Cemitérios de Passos (S. Julião), sendo que uma pequena parte confronta com a Rua do Passal.



Planta de localização sem escala.  
41°31'38.33"N 8°29'56.98"O

## 4. Conforme Elementos de Registo e Cadastrais

O imóvel em que a parcela se insere encontra-se descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número 343/20071212, descrito em livro: n.º 39145, Livro nº 109, Misto, situado em Lugar da Quintã, com área total de 51.630 m<sup>2</sup>, dos quais 610 m<sup>2</sup> são de área coberta e 51.020 m<sup>2</sup> descoberta e tendo como composição e confrontações: Casa sobradada - área coberta-430 m<sup>2</sup>; coberto-180 m<sup>2</sup>; eira-120 m<sup>2</sup> e terreno de cultura e mato-50.900 m<sup>2</sup>. NORTE -

Ver o Verso Lda  
Rua Barão de Sabrosa, 334 3.ª esq 1900-095 LISBOA  
vitor\_reis@veroverso.com 22 272 50 90



Domingos Silva Ferreira, estrada e outros; SUL e NASCENTE - caminho; POENTE - Torcato Peixoto Pereira Machado e outro.

## 5. Características

### 5.1. Dos Imóveis

A parcela objecto de avaliação é composta por terreno parcialmente confrontante com a Rua do Passal.

O imóvel objecto de avaliação é um terreno actualmente ocupado por cultura agrícola, de morfologia plana e configuração irregular, não apresentando construções.

De acordo com o PDM actual, insere-se numa zona em que os imóveis da envolvente apresentam classificações urbanísticas diferenciadas, que introduzem uma diferenciação quanto à capacidade construtiva e correspondente Valor Base de Justa Indemnização.

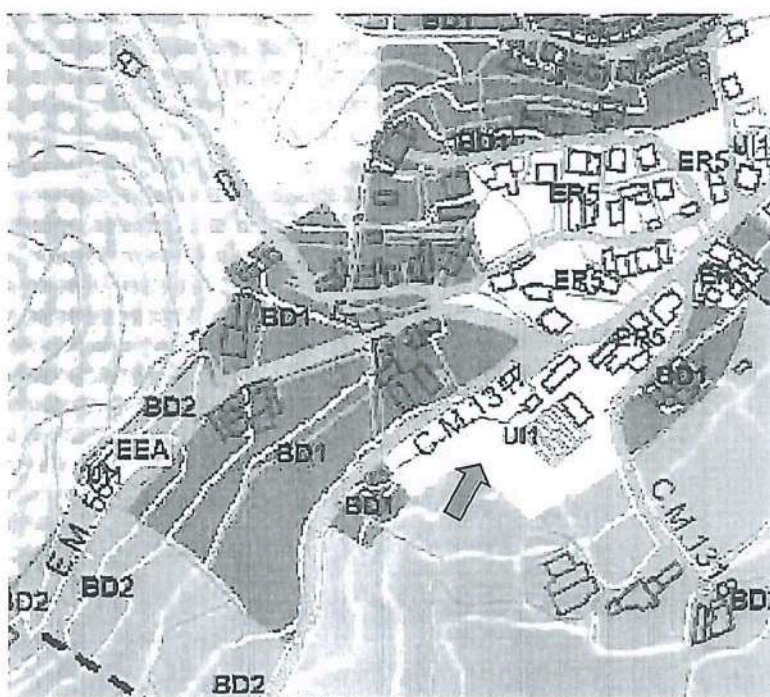


Fig. 3 – Extracto da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo (PDM).





VER O VERSO



A totalidade da Parte da Parcela em avaliação encontra-se classificada como **ESPAÇO DE USO ESPECIAL – UI1 – Equipamentos**. Na envolvente encontram-se espaços classificados como:

DESIGNAÇÃO	Edificabilidade PDM
ER5 - Espaços Urbanos - Espaços Residenciais	0,60
BD1 - Espaços urbanos de baixa densidade	0,30
BD2 -	0,20
UI0 - Infraestruturas	
A - Agrícolas	0,025
FPT - Espaços Florestais de Proteção	

Pela análise da Planta fornecida, com implantação da área a expropriar, verifica-se que a classificação de alguns dos imóveis situados num raio de 300 metros da parcela a expropriar (conforme previsto no nº 12 do artº 26 do Código das Expropriações) permite a edificação.

Assim, a estimativa da Justa Indemnização a estimativa do Valor da Justa Indemnização da parcela em avaliação foi efectuada considerando o terreno como **solo apto para construção**, tendo a edificabilidade estimada a partir do disposto no par.12 do artº 26 do CE:

Sendo necessário expropriar solos classificados como zona verde, de lazer ou para instalação de infra-estruturas e equipamentos públicos por plano municipal de ordenamento do território plenamente eficaz, cuja aquisição seja anterior à sua entrada em vigor, o valor de tais solos será calculado em função do valor médio das construções existentes ou que seja possível edificar nas parcelas situadas numa área envolvente cujo perímetro exterior se situe a 300 m do limite da parcela expropriada.

## 6. Estimativa da Justa Indemnização

### 6.1. Critério de avaliação - terreno

O critério de avaliação adoptado, tal como estipula o Código das Expropriações (Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro), tem em vista a fixação de uma indemnização justa, na base do valor real e corrente do bem expropriado, ou seja, o preço que um comprador medianamente prudente

Ver o Verso Lda  
Rua Barão de Sabrosa, 334 3.º esq - 1900-095 LISBOA  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com) 21 222 59 90



## VER O VERSO



estaria disposto a pagar, sem que existissem quaisquer factores ou conveniências especiais para o adquirir, tendo em atenção a respectiva capacidade de uso e as circunstâncias e condições de facto existentes à data da declaração de utilidade pública (DUP). No caso presente, uma vez que não existe DUP, foram consideradas as condições existentes à data da avaliação.

O Perito verificou o enquadramento da parcela no meio onde está inserida e a sua classificação em termos de Plano Director Municipal (PDM), conforme anteriormente referido.

Nos termos do n.º 1 do Art. 25º do Código das Expropriações, para efeitos do cálculo da indemnização por expropriação, o solo classifica-se em solo apto para construção e solo apto para outros fins.

Considera o n.º 2 daquele artigo solo apto para a construção:

O que dispõe de acesso rodoviário e de rede de abastecimento de água, de energia eléctrica e de saneamento, com características adequadas para servir as edificações nele existentes ou a construir;

O que apenas dispõe de parte das infra-estruturas referidas na alínea anterior, mas se integra em núcleo urbano existente;

O que está destinado de acordo com instrumento de gestão territorial, a adquirir as características descritas no ponto 4.4.1.;

O que, não estando abrangido pelo disposto nas alíneas anteriores, possui todavia, alvará de loteamento ou licença de construção em vigor no momento da declaração de utilidade pública, desde que o processo respectivo se tenha iniciado antes da data da notificação a que se refere o n.º 5 do artigo 10 do Código das Expropriações.

Considera ainda o n.º 3 do mesmo artigo o solo apto para outros fins o que não se encontra em qualquer das situações previstas no ponto anterior.

Para a parcela em causa considerou-se que reunia as condições para ser classificada como ***solo apto para a construção***.

Tendo em atenção o referido anteriormente, as características do terreno e da zona onde se localiza, bem como o Regulamento do PDM, a avaliação do solo terá por base o valor provável da construção que nele é possível efectuar, num aproveitamento economicamente normal e com um Índice de Edificabilidade Médio de 0,17.

**Ver o Verso Lda**

Rua Barão de Sabrosa, 334 3ª esq 1900-095 LISBOA  
vitor\_reis@veroverso.com 93 222 50 90





## 7. Avaliação da Parcela

De acordo com o Art. 26º do CE:

1 - O valor do solo apto para a construção calcula-se por referência à construção que nele seria possível efectuar se não tivesse sido sujeito a expropriação, num aproveitamento económico normal, de acordo com as leis e os regulamentos em vigor, nos termos dos números seguintes e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 23.º (...)

6 - Num aproveitamento economicamente normal, o valor do solo apto para a construção deverá corresponder a um máximo de 15% do custo da construção, devidamente fundamentado, variando, nomeadamente, em função da localização, da qualidade ambiental e dos equipamentos existentes na zona, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

7 - A percentagem fixada nos termos do número anterior poderá ser acrescida até ao limite de cada uma das percentagens seguintes, e com a variação que se mostrar justificada:

- a) Acesso rodoviário, com pavimentação em calçada, betuminoso ou equivalente junto da parcela - 1,5%;
- b) Passeios em toda a extensão do arruamento ou do quarteirão, do lado da parcela - 0,5%;
- c) Rede de abastecimento domiciliário de água, com serviço junto da parcela - 1%;
- d) Rede de saneamento, com colector em serviço junto da parcela - 1,5%;
- e) Rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão com serviço junto da parcela - 1%;
- f) Rede de drenagem de águas pluviais com colector em serviço junto da parcela - 0,5%;
- g) Estação depuradora, em ligação com a rede de colectores de saneamento com serviço junto da parcela - 2%;
- h) Rede distribuidora de gás junto da parcela - 1%;
- i) Rede telefónica junto da parcela - 1%.

8 - Se o custo da construção for substancialmente agravado ou diminuído pelas especiais condições do local, o montante do acréscimo ou da diminuição daí resultante é reduzido ou adicionado ao custo da edificação a considerar para efeito da determinação do valor do terreno.

9 - Se o aproveitamento urbanístico que serviu de base à aplicação do critério fixado nos n.os 4 a 8 constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incomportável para as infra-estruturas existentes, no cálculo do montante indemnizatório deverão ter-se em conta as despesas necessárias ao reforço das mesmas.





## VER O VERSO



10 - O valor resultante da aplicação dos critérios fixados nos n.os 4 a 9 será objecto da aplicação de um factor correctivo pela inexistência do risco e do esforço inerente à actividade construtiva, no montante máximo de 15% do valor da avaliação.

Assim, o valor do solo a expropriar resultará da expressão seguinte:

$$V = ((E \times C) \times (F1 + F2) - D) \times (1 - R), \text{ sendo:}$$

V - valor da parcela

E - edificabilidade que pode ser afeta à parcela

C - custo da construção/m<sup>2</sup> a custos controlados

F1 - fator de localização considerando o todo nacional, necessariamente ≤ 15%

F2 - fator aplicável às áreas já infraestruturadas (existindo todas, atingirá 10%).

D - despesas necessárias ao reforço das infraestruturas.

R - fator de risco (≤ 15%).

O custo da construção tem como referencial o valor fixado administrativamente para efeitos de aplicação dos regimes de habitação a custos controlados ou de renda condicionada, e que à data da avaliação foi fixado pela Portaria n.º 65/2019 de 19 de Fevereiro. De acordo com esta:

8.º O CP por metro quadrado de área bruta das habitações de custos controlados nos termos da presente portaria é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CP = CS * 1,30 * CR * CO + VT * CT$$

$VT = (CL * 270 - 230) * CA / 100$ , com o valor mínimo de 0 em que:

CS — é o custo de referência por metro quadrado de área bruta estabelecido de acordo com o n.º 9.º;



## VER O VERSO



*CR* — é o coeficiente regional, sendo igual a 1 para empreendimentos situados no Continente e 1,20 para empreendimentos situados nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores;

*CO* — é o coeficiente operacional, sendo fixado entre 1 e 1,12, pelo IHRU, I. P., caso a caso, de acordo com critérios definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da habitação;

*VT* — é o valor do terreno;

*CT* — é o coeficiente relativo à titularidade do terreno, sendo 1 no caso de terreno em propriedade plena, ou, no caso de terreno em direito de superfície, variável entre 0 e 0,8, conforme definido nas alíneas f), g) e h) do artigo 13.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação atual;

*CL* — é o coeficiente de localização definido no artigo 42.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação atual;

*CA* — é o coeficiente de atualização do valor do terreno, sendo igual ao Índice de Preços da Habitação para Portugal, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística.

9.º O CS é fixado, com referência a 1 de janeiro de 2019, em 710 €, data a partir da qual se aplicará trimestralmente, com as necessárias adaptações, a revisão de preços calculada de acordo com o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.

Assim, de acordo com o parágrafo 9, estima-se o Custo de Construção em 768,00 €/m2 de área bruta, à data da avaliação.

- A percentagem a aplicar ao valor da construção para valorização do solo, de acordo com os n.ºs 6, 7 8 e 10 do artigo 26.º, resulta da consideração dos seguintes valores:



VER O VERSO



Valorização Terreno		
Estimativa de acordo com o artº 26	Valor Máximo	Utilizado
nº 6 - Valor Base (até 15% valor da construção)	15%	5,0%
nº 7		
a) Acesso Rodoviário	1,50%	1,5%
b) Passeios	0,50%	0,0%
c) Abastecimento de Água	1,00%	0,5%
d) Saneamento	1,50%	0,5%
e) Rede Eléctrica	1,00%	0,5%
f) Águas Pluviais	0,50%	0,5%
g) Estação depuradora	2,00%	0,5%
h) Rede Gás	1,00%	0,5%
i) Rede Telefónica	1,00%	0,5%
Factor Resultante		10,0%
nº 8 - Redução/Acrescimo de custo		0,0%
nº 10 - Factor Correctivo Risco		-10,0%
Factor Terreno		9,0%

A adopção de 5% para o valor base justifica-se se se considerar que 15% corresponde ao valor máximo que o terreno melhor situado no âmbito nacional pode ter. Num paralelismo com os coeficientes de localização do CIMI, verifica-se que a zona possui um coeficiente de localização de 0,75. Assim, justifica-se que o valor base de valorização seja menor que o máximo admissível no CE.







VER O VERSO

## 7.1. Estimativa da Justa Indemnização da Parcela

DESIGNAÇÃO	ÁREA Terreno	% do Espaço	Edificabilidade PDM	Área Bruta Potencial	Valor M2 Ab(€)	Factor Valor Unitário	Valor Unitário / AB (€)	Valor Unitário / Terreno / AT (€)	Valor da Parcela (€)
ERS - Espaços Urbanos - Espaços Residenciais	211,66	15,00%	0,60	127,00					
BD1 - Espaços urbanos de baixa densidade	282,21	20,00%	0,30	84,66					
BD2 -	169,33	12,00%	0,20	33,87					
UI0 - Infraestruturas	14,11	1,00%		0,00					
A - Agrícolas	493,87	35,00%	0,025	12,35					
FPT - Espaços Florestais de Proteção	239,88	17,00%		0,00					
	1 411,06	100,00%		245,52	768,00	9,0%	69,12 €	12,03 €	16 970,65 €

## 7.2. Conclusão Justa Indemnização da Parcela

Tendo em conta o atrás exposto, considera-se que o Valor da Justa Indemnização da parcela a expropriar é de:

Parcela	16 970,65 €	Dezasseis mil, novecentos e setenta euros e sessenta e cinco centavos
---------	-------------	---



Código de Verificação: EHYDFGHCJAF2YSG53AJDLK99C  
Verificação: <https://braga.balcaceletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 34 / 54

Ver o Verso Lda  
Rua Barão de Salazar, 334 3.º esq. 1900-095 LISBOA  
vitor\_reis@veroverso.com +351 214 50 90

VER O VERSO



## 8. Declaração do Perito Avaliador

Vítor Reis, Perito Avaliador actuando em nome de. VER-O-VERSO, Lda., Perito Avaliador da Lista Oficial do Tribunal da Relação de Lisboa, declara para os devidos efeitos que, nos termos do nº3 do artigo 497º do Código de Processo Civil, presta compromisso consciencioso das funções que lhes foram confiadas.

13 de Junho de 2022

**Ver o Verso Lda**  
Rua Barão de Sabrosa, 334 3ª esq 1900-095 LISBOA  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com) 93 222 50 90

13



VER O VERSO



## 9. Plantas e Fotos



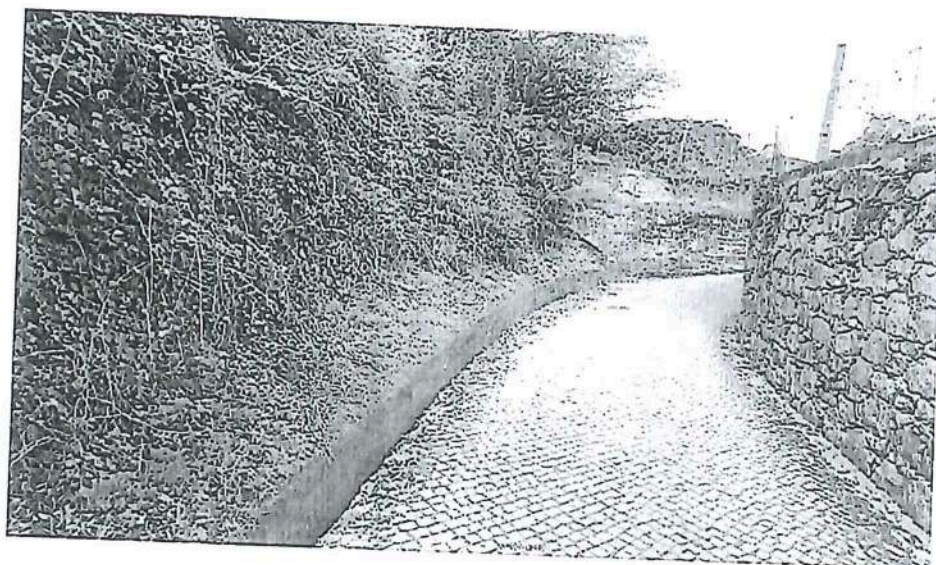
**Ver o Verso Lda**  
 Rua Barão de Sabrosa, 334 3º esq - 1900-095 LISBOA  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com) 98 222 50 90

14





VER O VERSO



**Ver o Verso Lda**  
*Rua Barão de Sabrosa, 334 3ª esq 1900-095 LISBOA*  
[vitor\\_reis@veroverso.com](mailto:vitor_reis@veroverso.com) 93 222 50 90



[illegible]

**Ver o Verso Ltda**  
Rua Barão de Anhanguera, 333, 3.º eq. 1900-095 LUSIANA  
vitor.reis@ververso.com



Doen't

**Processo nº 2024/450.20.002/1**

**Requerente: UF CABREIROS E PASSOS (SÃO JULIÃO)**

**Local: Passos (S. Julião)**

**Assunto: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (S. JULIÃO)**

**Data: 10/07/2025**

### Informação Técnica

A Junta de Freguesia de Cabreiros e Passos (São Julião) submeteu, em meados de 2021, à Câmara Municipal de Braga (CMB), o projeto de arquitetura para a ampliação do Cemitério de Passos (São Julião) (Processo n.º 2021/900.20.604/680 - Entrada n.º 19724 de 30/04/2021).

Em setembro de 2021, o referido projeto obteve parecer favorável, tendo sido deferido nos termos da informação técnica constante do Processo n.º 2021/900.20.604/1094 - Entrada n.º 33799 de 16/07/2021.

Com base nas informações técnicas e nos pareceres emitidos pelas entidades competentes, nomeadamente a Direção-Geral da Saúde (DGS) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte), que constam no processo 17571/2025, considera-se que o projeto reúne todas as condições necessárias para a sua aprovação.

Utilizador: Francisco José Carvalho Marques





MUNICÍPIO DE BRAGA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)

# MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA



ATELIER MACHADO FERREIRA ARQUITECTOS





CONSTRUÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)

CEMITÉRIO | PASSOS (S. JULIÃO)

IGREJA – CAPELA MORTUÁRIA – EM561

BRAGA - PORTUGAL

2021



ATELIER MACHADO FERREIRA ARQUITECTOS





## MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

### INTRODUÇÃO:

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa, ao projeto para **construção de um Cemitério**, localizado na EM 561 – Igreja – Casa Mortuária, 4705-807 – Passos (S. Julião) – Braga e cujo projeto é requerido por **UF de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, contribuinte n.º 510835260.

### DESCRIÇÃO DO EXISTENTE:

O terreno existente situa-se numa zona alta e acidentada do ponto de vista da topografia. Nas imediações, existe um complexo de vários espaços, composto pela Igreja, Casa Mortuária, Salão Paroquial e parque de estacionamento. Tornando-se esta, na zona nobre da freguesia de Passos (S. Julião). Contíguo a estes espaços, existe um velho Cemitério, implantado numa única plataforma, mas a baixo da cota do Adro da Igreja. A sudoeste deste velho, desadequado e esgotado Cemitério, existe um terreno classificado segundo o PDM de Braga como UI1, que a UF pretende adquirir, com o objetivo de implantar o novo Cemitério, indo ao encontro dos anseios e necessidades da população. Este terreno apresenta-se livre de construções, amplo e com um declive que acompanha a geografia envolvente.

Posto isto, fazendo uma apreciação global de todas as características, entende-se que este espaço é o melhor para executar a construção do novo Cemitério.

### ÁREA OBJETO DO PEDIDO:

1260,00 m<sup>2</sup>

### CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA:

A operação urbanística visa a construção do novo Cemitério de Passos (S. Julião), em virtude da escassez de sepulturas no atual Cemitério. Simultaneamente, pretende-se construir um muro que sirva de contensão ao muro existente do velho cemitério, situado a sueste, uma vez que este apresenta algumas patologias. Por fim, é ainda necessário, intervir em todo o terreno, desde a parte posterior do Adro da Igreja, até ao novo Cemitério, uma vez que, é necessário melhorar a acessibilidade existente ao velho Cemitério, e projetar um novo acesso, pedonal, até ao Cemitério proposto.



Dada a topografia exigente do terreno, e depois de alguma reflexão em conjunto com os representantes da UF, propomos um percurso pedonal em rampa, que estabelece ligação desde a parte posterior do Adro da Igreja, até ao limite do terreno. Dando cabal cumprimento ao Decreto-Lei 163/2006. Não obstante, entendemos não sacrificar o percurso pedonal tradicional, efetuado lado a lado com a rampa, vencendo os desníveis com recurso a escadas.

A intervenção foi pensada de modo a transmitir um sentimento de paz para quem o frequenta. À exceção do primeiro patamar, que se situa à cota da soleira do velho Cemitério, e revestido integralmente a granito da região, procuramos, sempre que possível, desenhar um percurso pedonal ladeado por floreiras, que procuram, além de estabilizar os muros, emanar um sentimento de conforto e tranquilidade, características intrínseca às zonas verdes. Ainda neste percurso, pavimentado em betão, pretendemos pontuá-lo por árvores ornamentais "magnólias", mitigando a sensação térmica elevada no verão. À chegada, o percurso culmina num miradouro com vista para o verdejante vale agrícola. Aqui, propomos uma plataforma, com uma cota de pavimento ligeiramente acima da cota do cemitério (15cm). Este espaço será rico em floreiras e bancos. Nas floreiras devem ser plantadas "bambus" e ao centro um "Jacarandá". Nos topos principal e posterior da plataforma, propomos um banco em toda a sua extensão, que pretende oferecer descanso. O pavimento em torno da floreira, será revestido como no primeiro patamar, em granito da região, obedecendo à estereotomia prevista nas peças desenhadas.

O muro onde se situa a entrada de acesso ao Cemitério, é executado em barras de ferro de 3mm, posicionadas no sentido vertical e integralmente lacadas a branco, conjugado com um pavimento em betão. Numa tentativa de proporcionar uma entrada "pacífica" e "paradisiaca", estabelecendo uma relação analógica com a entrada num viridário, seja ele Éden, Campos Elísios ou outro qualquer jardim, referente a outra crença qualquer.

Dentro do Cemitério, este abre-se à paisagem sem muros, sem obstáculos visuais. Apenas um banco e uma floreira limitam o seu perímetro. Se no decorrer da obra percebermos que a floreira é insuficiente para proteger os utentes, será colocada uma rede, fixa à parte posterior da floreira de modo a melhor proteger os utentes. Esta rede, esperamos que terá um impacto reduzido, uma vez que deverá ser coberta pelas espécies arbóreas propostas. O muro pertencente ao velho cemitério, que confronta com o novo, será demolido até à cota do pavimento, de modo a estabelecer ligação pedonal entre ambos. No interior do Cemitério, de frente para a entrada, foram projetados os columbários destinados às cinzas. Uma parede em ferro lacado a cor escura, que procura evidenciar as células dos columbários em aço inoxidável lacado a branco, através do contraste cromático e da própria volumetria dos mesmos. Combinada com a volumetria e cor escura dos armários situados no mesmo local, destinados a vassouras, baldes, etc.





As sepulturas tradicionais não foram uma opção, mas antes uma imposição, com o receio fundado, de rejeição por parte dos utentes. Todavia, estas devem ser relvadas, enquanto não são ocupadas.

Os muros de suporte serão executados em betão armado, de acordo com o projeto de estabilidade. A rampa será pavimentada com betão drenante, sendo a cor definida em obra. Os degraus serão em blocos maciços de granito da região.

O número total de sepulturas propostas é de 92.

As células destinadas a cinzas são 46.

#### ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS APLICAVEIS:

A localização e a proposta de construção/ampliação de um Cemitério, segundo a planta de classificação e qualificação do solo do Plano Diretor Municipal de Braga, encontra-se localizada em Espaço de Uso Especial – Urbanizável – UII – Equipamentos. Deste modo, a pretensão não colide com os planos territoriais aplicáveis, dada a presente proposta, tratar-se de um Cemitério.

#### JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES TÉCNICAS E DA INTEGRAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA OPOERAÇÃO:

O terreno localiza-se na Freguesia de Passos (S. Julião), inserido num complexo de espaços com características muito específicas, nomeadamente, relacionadas com a prática religiosa e exéquias fúnebres. Sendo as suas características iminentemente rurais, propõe-se uma linguagem arquitetónica simples e objetiva, executando apenas o essencial, de modo a assegurar o correto funcionamento deste espaço. As opções técnicas adotadas, foram neste sentido, em função da realidade existente, satisfazendo um conjunto alargado de critérios, que passam pelo enquadramento legal, pela segurança dos utentes do edifício, pela qualidade do comportamento térmico e acústico do espaço, pela funcionalidade, pela qualidade espacial, pelo controlo de custos e pretensões do dono de obra.

Relativamente à integração urbana e paisagística da operação, propomos uma composição e linguagem arquitetónica, de um modo geral, em consonância com os demais edifícios existentes neste local, fundamentalmente do ponto de vista material, mas também no plano formal, salvo pequenas exceções, que garantam uma linguagem (formal, material e cromática) adequada às pretensões do requerente e às novas linguagens arquitetónicas contemporâneas.

Por outro lado, propomos uma composição que respeite alinhamentos existentes. Recorremos sempre que possível à vegetação uma vez que a intervenção será em contexto



iminentemente rural. Os materiais dominantes, serão o ferro, o betão drenante e o granito da região, promovendo por esta via a integração da operação.

**INDICAÇÃO DAS CONDICIONANTES PARA UM ADEQUADO RELACIONAMENTO FORMAL E FUNCIONAL COM A ENVOLVENTE, INCLUINDO COM A VIA PÚBLICA E AS INFRAESTRUTURAS OU EQUIPAMENTOS AÍ EXISTENTES:**

Não existem condicionantes. Existem antes um conjunto de soluções previstas no projeto que procuram contribuir para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente.

Relativamente às redes de infraestruturas, serão apresentadas à posteriori, bem como todos os demais projetos específicos.

**PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO A ÁREA A AFETAR AOS DIVERSOS USOS:**

O programa funcional divide-se fundamentalmente em dois espaços, o primeiro, composto por três plataformas em diferentes cotas, que servem de percurso pedonal de acesso ao cemitério e que vão formando penas pracetas. O segundo, trata-se do cemitério, que contém 94 sepulturas, 34 células destinadas a columbários.

**OMISSÕES:**

Para todos os casos omissos nesta Memória Descritiva respeitar-se-á a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Geral da Edificações Urbanas e diretórias emanadas pela Câmara Municipal.

Em qualquer dúvida em obra, deverá respeitar-se as indicações dadas pelo técnico responsável pelo projeto ou Fiscal de Obra.

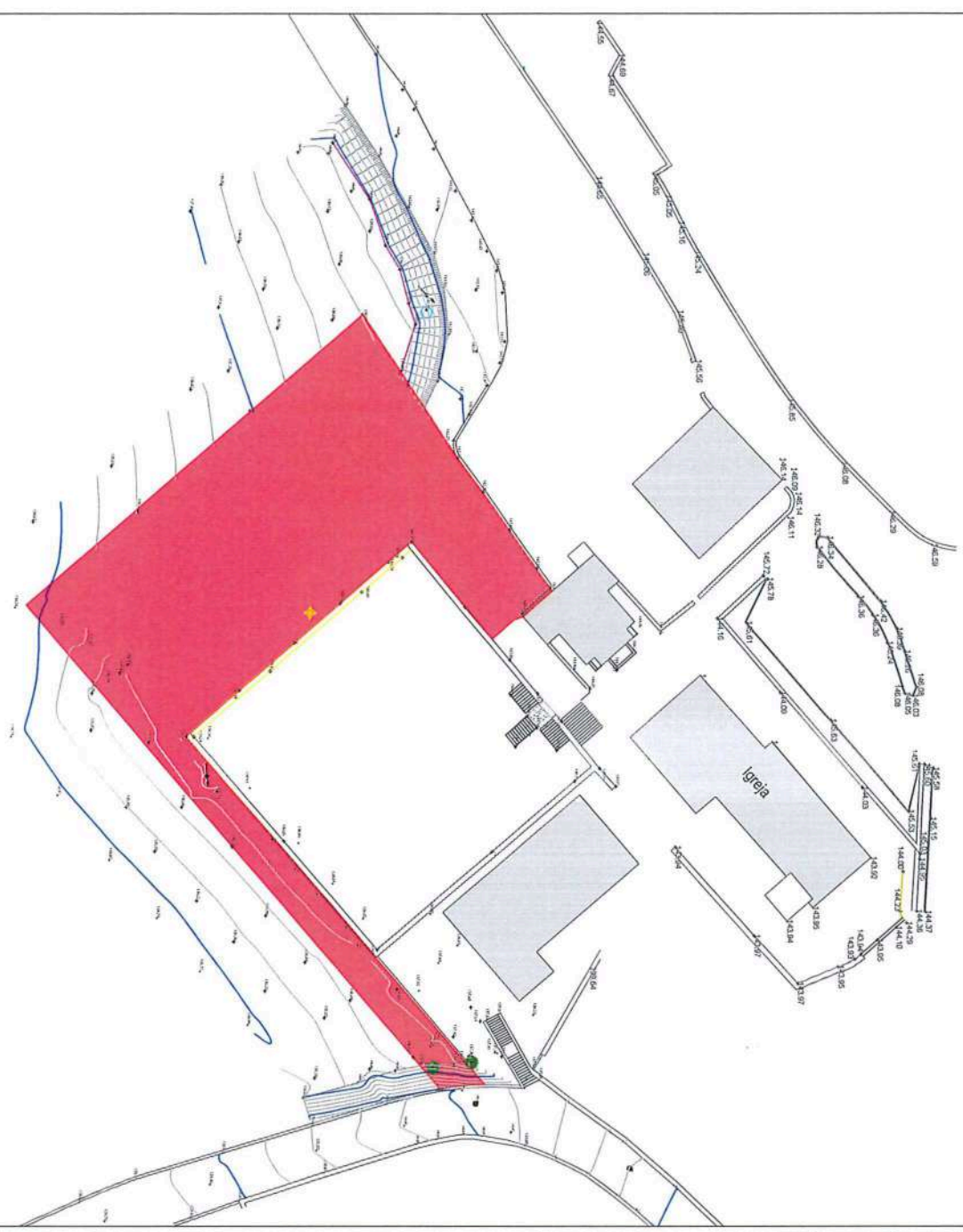
Braga, abril de 2021

O técnico,





De n:10



MACHADO, D. J. 1989  
Código de Verificação: EHYDFGHHGAF2X22699  
Verificação: <https://braga.balcao.cadastreiro.pt>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma testPublico



2023 14.422 000  
www.servico.cadastreiro.pt  
Braga | Portugal

**Área a Expor: 1.411,06m²**

**Área 2 Expor: 1.411,06m²**

**Área 3 Expor: 1.411,06m²**

**Legenda:**  
ARTIGO MATRICIAL N. 358 RÚSTICO  
NORTE: Domingos Silva Ferreira, estrada e outros.  
SUL: Caminho.  
NASCENTE: Caminho.  
POENTE: Torcalo Perido Pereira Machado e outro.

**Legenda:**  
Herança aberta por óbito de Avelino Rodrigues e mulher, titular do número de identificação fiscal 746 179 677, casados que foram no regime da comunhão geral de bens, representada pelos herdeiros:  
Manuel Novais Silva Rodrigues  
Alicia Maria Cruz Azeites Lopes  
Andréia Lopes Rodrigues  
Avelino Lopes Rodrigues  
Gabriel Lopes Rodrigues  
António Novais Silva Rodrigues  
David Novais Silva Rodrigues  
Alicia Novais Silva Rodrigues  
Lucinda Novais Silva Rodrigues  
Marta Albertina Novais Silva  
Rodrigues Figueredo  
Lucas Novais Silva Rodrigues  
Marta Albertina Rodrigues Novais  
David Rodrigues Novais  
Emanuel Rodrigues Novais

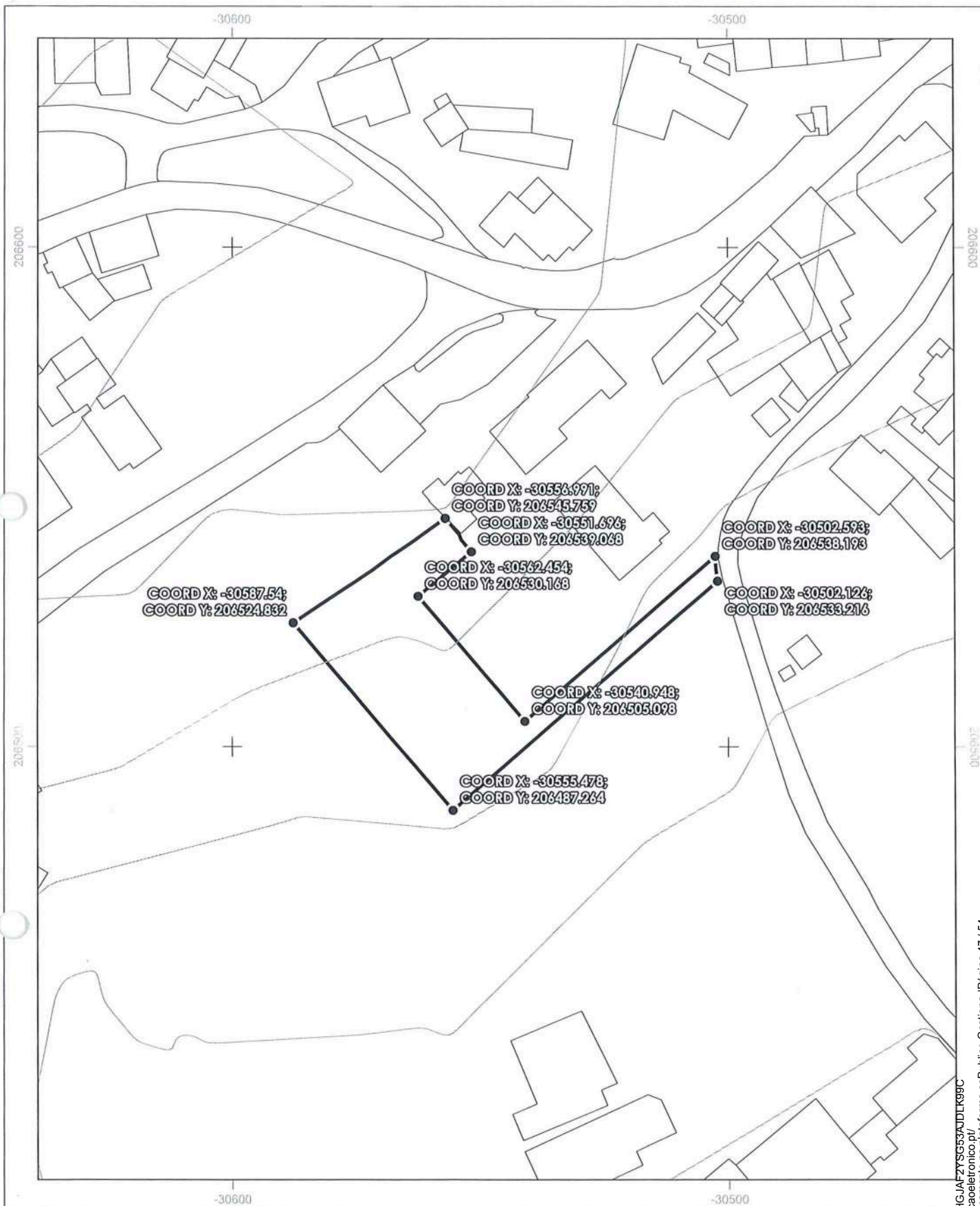
Parcela de terreno com área 1.411,06 a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz rústica da União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), concelho de Braga, sob o n.º 358 (inscrito na matriz rústica da extinta Freguesia de Passos (S. Julião), concelho de Braga, sob o n.º 207), a qual se encontra descrita na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 343, da freguesia de Passos (S. Julião).

**Registo Predial**  
União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião)  
Igreja de Passos (S. Julião) | Igreja de Passos (S. Julião) | Igreja de Passos (S. Julião) | Igreja de Passos (S. Julião)

**Projeto:**  
AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO, PASSOS (S. JULIAO), \_IGREJA, CEMITÉRIO

**Arquitetura:**  
ARQUITECTURA  
PLANTA CADASTRAL  
1/500

Doc 11



**Parcela a Expropriar**

— Limite da Parcela

Entidade Expropriante

Município de Braga

**Sistema de Referência**

Sistema de Georreferência: PT-TM06/ETRS89  
Elipsoide: GRS80  
Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator

Escala  
1:1 000

**PLANTA DE LOCALIZAÇÃO**

AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (SÃO JULIÃO)

0



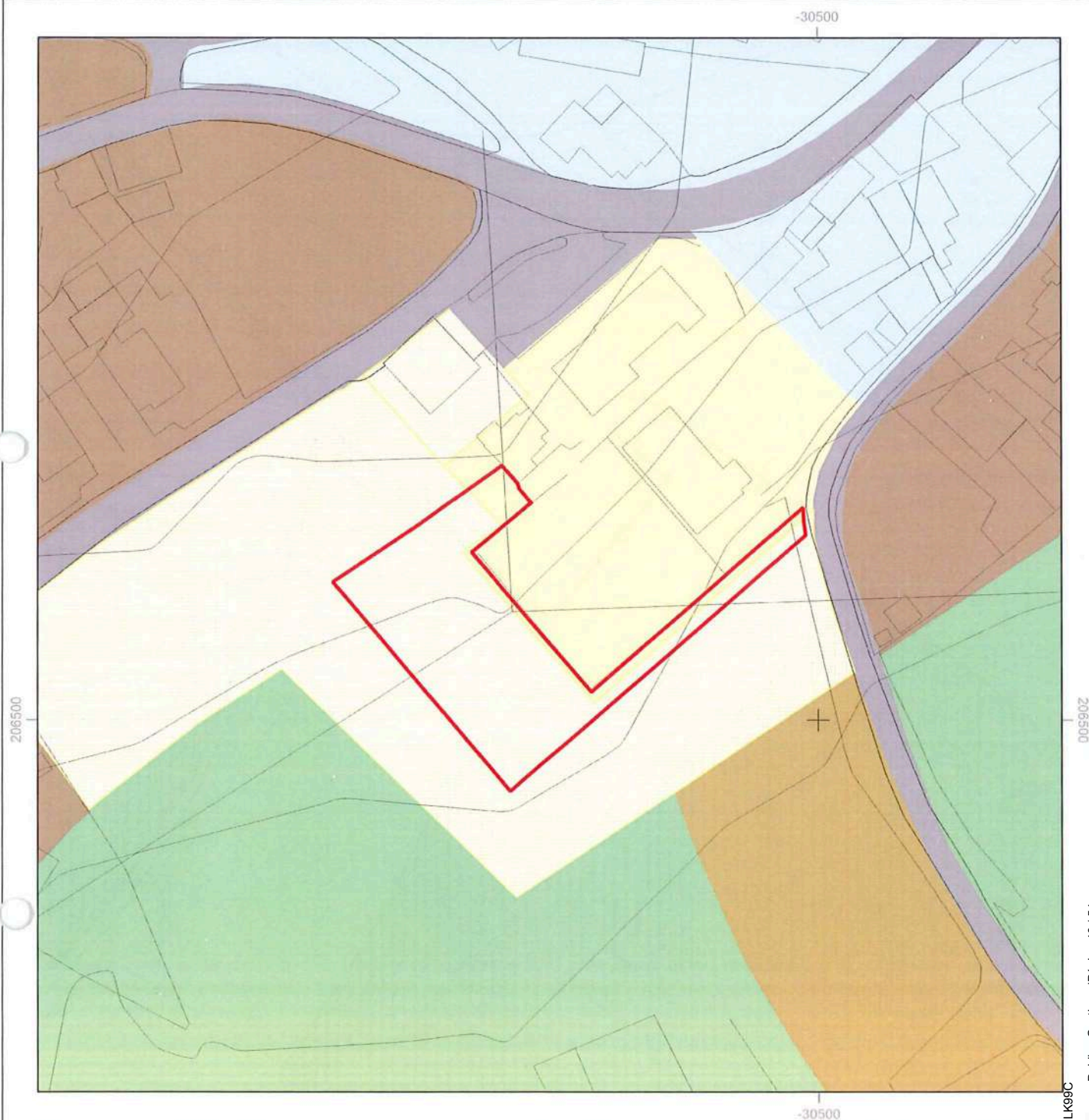


Dec 12



BRAGA  
Município

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE  
BRAGA DE 2015



**Parcela a Expropriar**

— Limite da Parcela

**Solo Urbano**

- UI1 - Urbanizado - Equipamentos
- UI1 - Urbanizável - Equipamentos
- ER5 - Urbanizado - Espaço Residencial
- BD1 - Urbanizado - Espaço Urbano de Baixa Densidade

- BD2 - Urbanizado - Espaço Urbano de Baixa Densidade
- Infraestruturas Viárias

**Solo Rústico**

- A - Espaços Agrícolas

2ª REVISÃO DO PDMB - Aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de Braga a 26 de junho de 2015 - Aprovação do Plano de Urbanização das Sete Fontes, publicado no DR - 2ª Série, aviso 18100/2021 de 24 de setembro

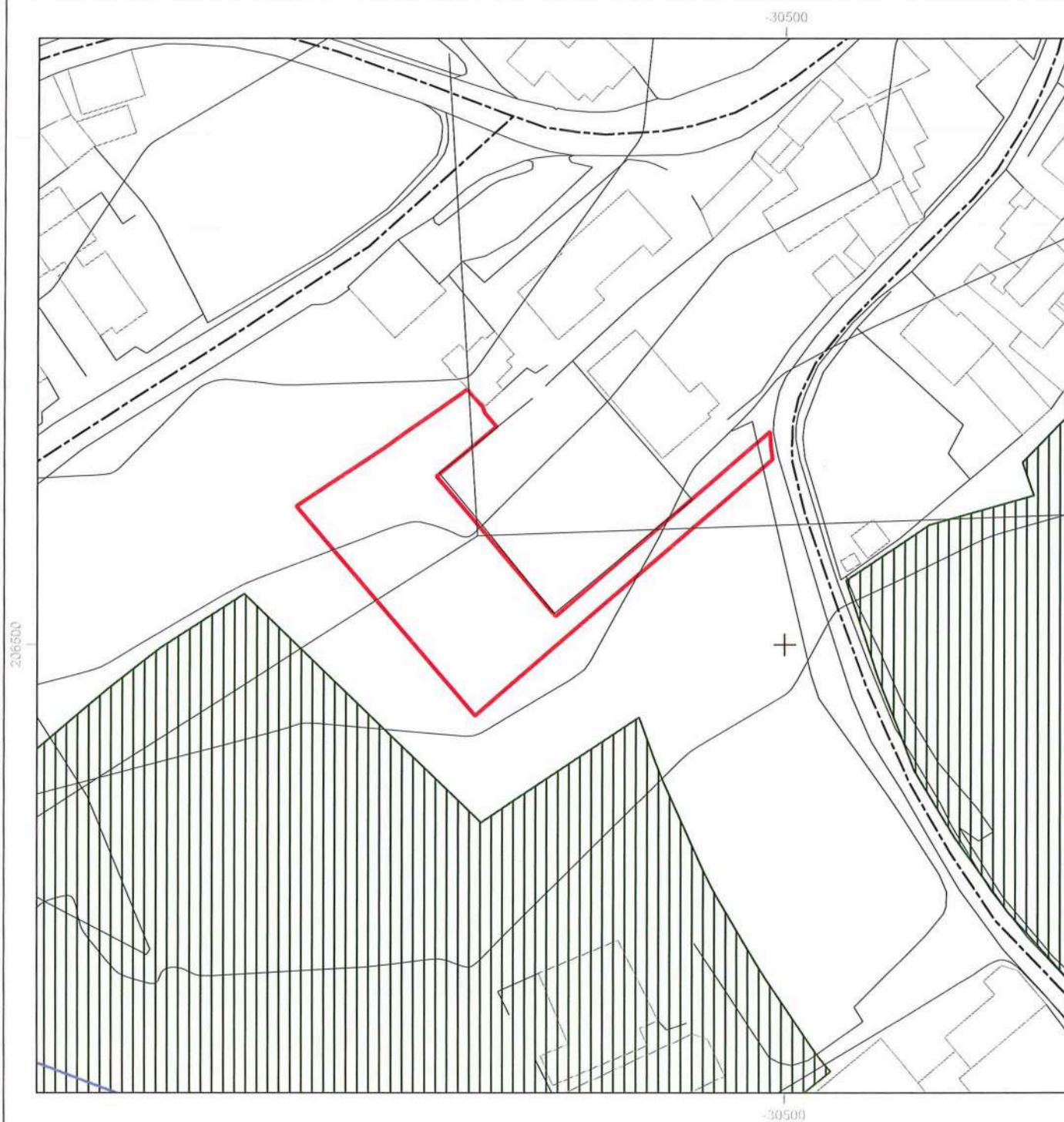
PLANTA DE ORDENAMENTO

CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

Sistema de Georreferência: PT-TM06/ETRS89  
Elipsóide: GR580  
Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator



Código de Verificação: EHYDFGHCJAF2YSG63AIDLK98C  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 48 / 54



**Parcela a Expropriar**  
— Limite da Parcela

**Condicionantes Gerais**  
Reserva Agrícola Nacional  
Estradas e Caminhos Municipais  
Leito das Águas Fluviais

2ª REVISÃO DO PDMB - Aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de Braga a 26 de junho de 2015 - Aprovação do Plano de Urbanização das Sete Fontes, publicado no DR - 2ª Série, aviso 18100/2021 de 24 de setembro

PLANTA DE CONDICIONANTES

CONDICIONANTES GERAIS

Sistema de Georreferência: PT-TM06/ETRS89  
Elipsoide: GRS80  
Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator





Doc 14

Exma. Senhor  
Presidente da União das Freguesias de  
Cabreiros e Passos – S. Julião Braga  
Avenida de S. Miguel, nº1  
4705-383 CABREIROS BRAGA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
	23.05.2025	DGS/DSAO/ 23.05.2025 Proc. 16.1.57/2025	2025

ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (S. JULIÃO)

Em resposta ao Email enviada por V.Ex.<sup>a</sup>, referente ao projeto de ampliação do cemitério de Passos (S. Julião), União de Freguesias de Cabeiros e Passos, concelho e distrito de Braga, informa-se, ao abrigo do Decreto n.º 44220, de 3 de março de 1962, alterado pelo Decreto-Lei n.º 168/2006, de 16 de agosto, que é emitido parecer favorável, por parte desta Direção Geral.

Mais se informa, que deverá ser dado cumprimento aos seguintes requisitos, designadamente, em matéria de boas práticas de funcionamento do cemitério:

1. Garantia de:
  - a. Adequabilidade da drenagem e descarga das águas pluviais;
  - b. Acesso ao cemitério por pessoas com mobilidade reduzida;
  - c. Disponibilização de água potável;
  - d. Acesso dos utentes a instalações sanitárias, cujas águas residuais deverão ter destino adequado;
  - e. Afastamento regulamentar às habitações e a outros equipamentos nas imediações do terreno da área de ampliação;
2. Afastamento regulamentar às habitações e a outros equipamentos nas imediações do terreno da área de ampliação;
3. Ao abrigo do Decreto-Lei nº 136/2006, de 8 de agosto, deve existir uma instalação sanitária, com acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, assim como os percursos pedonais devidamente adaptados;
4. Cumprimento dos requisitos estabelecidos no Decreto 44220, de 3 de março de 1962, nomeadamente quanto ao dimensionamento da implantação das sepulturas e às características dos solos e segundo o previsto no auto de vistoria de 11 de abril de 2025;
5. Salvaguarda das proteções sanitárias de contaminação das linhas de água e aquíferos a nível superficial e profundo, não devendo em caso algum constituir quaisquer riscos ambientais e/ou para a saúde pública;
6. A gestão dos resíduos deverá ser efetuada em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro, conforme alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de junho;
7. Na gestão de resíduos produzidos em cemitérios, salienta-se o disposto no artigo 60º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 48770, de 18 de dezembro de 1968, artigo que não foi revogado pelo Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de dezembro, sendo que os resíduos abrangidos pelo referido artigo 60º não podem sair do cemitério, aí devendo ser incinerados de acordo com as regras gerais de incineração de resíduos estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto;



8. No que se reporta a riscos físicos, químicos e biológicos deverá ser assegurado o cumprimento da respetiva legislação relativa a proteção dos trabalhadores contra riscos químicos e biológicos, incluindo a adequada avaliação dos riscos a que os trabalhadores poderão estar sujeitos.

Melhores cumprimentos,

c\c: Delegado de Saúde Regional do Norte  
PD



**AUTO DE VISTORIA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (S. JULIÃO) – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO) – BRAGA**

A 11 de Abril de 2025 reuniram-se no local para a vistoria prévia para alargamento/construção do Cemitério da Freguesia de Passos, concelho de Braga, na EM 561 – Igreja Casa Mortuária, a Comissão referida no artigo 1º do Decreto n.º 44220, de 3 de Março de 1962, alterado pelo Decreto-Lei n.º 168/2006, de 16 de agosto, constituída pelo Técnico Superior da CCNR-Norte, IP o Dr. José Fernando Costa, como representante daquela entidade, o Presidente da União de freguesias, Dr. José Oliveira da Silva, o Eng.º Francisco Marques, como representante da Câmara Municipal de Braga, o Dr. Pedro Pereira, da Unidade Local de Saúde Braga, e o Arq.º Vítor Ferreira, da empresa responsável pela elaboração do projeto, a fim de procederem à vistoria prévia do terreno destinado à ampliação do referido cemitério.

A Comissão constatou que o terreno em estudo para a ampliação/construção, tem uma forma retangular, com a área prevista de ampliação de cerca de 1260,00 m².

Atualmente, no terreno, não se encontra edificada nenhuma construção.

Quanto ao terreno, este apresenta-se praticamente plano, com algum declive e considera-se estável e desafogado, apresentando uma envolvente com relativa qualidade ambiental e paisagística, tendo-se verificado a existência de solo permeável e de natureza silico/argilosa.

No PDM de Braga o terreno enquadra-se numa zona de:

Planta de Ordenamento: Espaços de Uso Especial – U1 Espaços de Equipamentos (de acordo com o ponto 1 do artigo 75º do regulamento do referido plano, o uso pretendido para a construção enquadra-se perfeitamente no uso preferencial predefinido para este tipo de espaços.

Planta de Condicionantes: não está demarcada qualquer condicionante.

A área em questão não é abrangida pela REN de Braga, publicada pela Portaria n.º 310/2015, de 25 de setembro.

A utilização deste terreno para ampliação do cemitério é compatível com os Instrumentos de Gestão do Território (IGT) em vigor, aplicáveis ao local (PDM de Braga).

O projeto prévio cumpre o afastamento de 10 metros de habitações existentes.





Foi ainda constatado que a zona é servida por abastecimento público de água e rede de saneamento.

Constatou-se ainda que existe um poço no terreno, somente para uso de rega de terrenos agrícolas, que será eliminado, não havendo nas imediações do terreno escolhido outras fontes, minas ou cursos de água conhecidos.

O representante da Unidade Local de Saúde de Braga concordou com estas constatações e não encontrou obstáculos à sua aprovação.

Como conclusão, julga a Comissão que o terreno vistoriado poderá reunir as condições de aceitação para o fim em vista – ampliação do cemitério existente, pelo que se lavrou o presente auto que vai a assinar pela ordem abaixo referida.

O auto agora elaborado irá ser submetido, juntamente com o restante processo, para apreciação pela Direção Geral de Saúde, conforme determina a legislação atrás referida.

O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte, IP), José Oliveira da Silva,  
Assinado por José Oliveira da Silva  
Num. de Identificação: 10448915  
Data: 2025.04.16 11:52:25+01'00'

Data: 2025.04.16 17:20:31+01'00'

O Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte, IP)  
Dr. José Fernando Costa,





Câmara Municipal de Braga

Ficha do Cabimento

DOC.GENER: Terreno/2023

N.Seq.: 81171

Serviço Requiritante: 36 Div. de Património

Organica: 02    Serviços Municipais de Gestão

Económica: 070101    Terrenos

GOP: 13 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

240 Otimizar o Desempenho dos serviços com vista à melhoria contínua do serviço e sã

2024/71 REPARAÇÕES E BENEFICIAÇÕES DE INFRAESTRUTURAS DE APOIO AOS

Acc.: 5 Aquisição e expropriação de terrenos

Orçamento de GOP	
Financiamento disponível:	150 000,00
Cabimentado:	147 993,60
Saldo:	2 006,40

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso			Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento	Valor		
01/01/2025	4408	8 570,65					8 570,65	Valor por comprometer do ano anterior
16/02/2025	5763		8 400,00				16 970,65	

Código Validação: EHYDFGHGJAF2YSG53AJDLK99C

Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>

Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 54 / 54

